

BLOCO TEMÁTICO 5 - ADMINISTRAÇÃO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;
3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca CGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):** marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:** marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:
treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

GRAN
FICHA TÉCNICA DO MATERIAL
grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2509183731M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

6º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

BLOCO TEMÁTICO 6:

Administração

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

09/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

09/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 5º Simulado - Bloco Temático 5 - Administração (Pós-Editorial)

Conhecimentos Gerais

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (*checks and balances*) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.

- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

4

No Estado de Mato Grosso, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omissão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.

(C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.

(D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.

(E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

8

No âmbito do federalismo brasileiro, a política de saúde é um exemplo de sistema de política pública que se caracteriza pela:

- (A) Centralização total na União, que é a única responsável pela formulação e execução de programas de saúde.
- (B) Autonomia completa de cada ente federativo (União, estados e municípios), sem necessidade de articulação ou cooperação.
- (C) Cooperação e corresponsabilidade, com papéis definidos para cada ente, mas com a União atuando como coordenadora nacional e principal financiadora.
- (D) Delegação de poder de decisão exclusivamente aos municípios, que são os únicos a executar ações de saúde.
- (E) Total privatização dos serviços de saúde, com o Estado atuando apenas como regulador.

9

A transversalidade em políticas públicas é um conceito que se diferencia da intersetorialidade por:

- (A) Focar na articulação de diferentes setores (como saúde e educação) para resolver um problema específico.
- (B) Ser uma abordagem que lida com temas que perpassam e afetam múltiplas políticas e áreas de governo, como a equidade de gênero ou o meio ambiente.
- (C) Apenas se aplicar a políticas de cunho econômico, não sendo relevante para políticas sociais.
- (D) Ser sinônimo de delegação de responsabilidades do governo central para governos locais.
- (E) Focar na privatização de serviços públicos para maior eficiência.

10

A transformação digital na gestão pública tem como uma de suas principais finalidades a melhoria da experiência do cidadão. Sobre esse tema, é correto afirmar que um de seus impactos esperados é:

- (A) A manutenção de canais de comunicação exclusivamente físicos para garantir a segurança dos dados.
- (B) A criação de barreiras digitais para limitar o acesso de usuários não familiarizados com a tecnologia.
- (C) O uso de plataformas digitais para promover maior transparência e participação social nos processos decisórios.
- (D) A centralização da informação em um único órgão, dificultando o acesso de outros setores e da sociedade.
- (E) A substituição de todos os servidores públicos por sistemas automatizados.

Ética e integridade

Rafael de Oliveira

11

De acordo com o Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta quanto aos deveres fundamentais do servidor:

- (A) O servidor público deve exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, buscando solucionar situações procrastinatórias, principalmente diante de filas, para evitar dano moral ao usuário.
- (B) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, normas de serviço e legislação pertinente ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) O servidor deve apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas à função que exerce, podendo abrir exceções caso esteja em exercício interno.
- (D) Um dos deveres fundamentais do servidor público é resistir a pressões de superiores, contratantes e outros interessados que visem obter vantagens indevidas, denunciando tais práticas.
- (E) O servidor público deve exercer com moderação as prerrogativas funcionais, abstendo-se de utilizá-las contra os legítimos interesses dos usuários do serviço público.

12

Com base no Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa correta quanto às vedações impostas ao servidor público:

- (A) É permitido ao servidor, em situações excepcionais, alterar o teor de documentos administrativos, desde que com boa intenção e sem prejuízo a terceiros.
- (B) O servidor pode aceitar gratificações ou doações simbólicas, desde que sejam oferecidas espontaneamente por usuários satisfeitos com o serviço prestado.
- (C) É vedado ao servidor público ser conivente com erro ou infração ética, mesmo que motivado por espírito de solidariedade.
- (D) O uso de influência pessoal em favor de familiares é tolerado se não houver ganho financeiro direto.
- (E) O servidor pode agir com parcialidade, desde que respeite a hierarquia e não ofenda diretamente nenhum usuário.

13

De acordo com as Regras Deontológicas previstas no Código de Ética do servidor público, assinale a alternativa incorreta:

- (A) O servidor público deve pautar sua conduta pelos princípios da dignidade, do zelo, da eficácia e da moralidade, mesmo fora do exercício da função pública, pois suas atitudes refletem diretamente na imagem do serviço público.
- (B) A moralidade administrativa deve sempre prevalecer sobre a legalidade formal, ainda que o servidor atue em conformidade com os preceitos legais e constitucionais.
- (C) A função pública deve ser compreendida como exercício profissional e, por isso, a conduta privada do servidor pode influenciar diretamente na sua reputação funcional.
- (D) O servidor público deve considerar que sua remuneração provém dos tributos pagos pela sociedade, o que reforça seu dever de atuar com moralidade e respeito ao bem comum.
- (E) A publicidade dos atos administrativos é regra essencial à eficácia e à moralidade da Administração Pública, e sua omissão injustificada constitui falta ética, salvo nos casos legais de sigilo.

14

De acordo com os princípios éticos que regem a Administração Pública, especialmente quanto ao dever de transparência, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A transparência é princípio fundamental da Administração Pública e deve orientar a conduta do servidor, que tem o dever de assegurar a publicidade dos atos administrativos, salvo nos casos previstos em lei.
- (B) A omissão injustificada de informações de interesse público constitui conduta antiética, que compromete a relação de confiança entre o servidor e a sociedade.
- (C) A publicidade dos atos administrativos é meramente formal e não possui impacto direto sobre a moralidade da conduta do servidor público.
- (D) O dever de transparência está vinculado ao princípio da legalidade e reforça a necessidade de que todos os atos da Administração sejam motivados e acessíveis à sociedade.
- (E) Salvo em casos de sigilo legalmente justificado, o servidor público deve facilitar o acesso às informações, promovendo a transparência como instrumento de controle social.

Diversidade e inclusão na sociedade

Aline Menezes

15

A inclusão de grupos vulnerabilizados no Brasil enfrenta desafios estruturais e históricos. Um dos principais obstáculos é:

- (A) A inexistência de políticas sociais voltadas à redistribuição de renda.
- (B) A permanência de desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e geração que limitam o acesso a direitos.
- (C) A ausência completa de participação dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas.
- (D) A substituição das políticas públicas universais por focalizadas, que elimina toda desigualdade social.
- (E) O aumento da renda per capita nacional, que gera maior exclusão social.

16

Quando se discute a inclusão sociopolítica de pessoas idosas, pessoas com deficiência, população negra, povos indígenas e comunidade LGBTQIA+, um desafio central é:

- (A) A manutenção de legislações específicas que garantem plenamente a equidade.
- (B) A superação dos preconceitos e estigmas enraizados culturalmente, que limitam a cidadania desses grupos.
- (C) A inexistência de marcos legais de proteção social.
- (D) O excesso de programas governamentais, que gera sobreposição de direitos.
- (E) A ausência de movimentos sociais reivindicatórios no cenário brasileiro.

17

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para compreender os desafios da inclusão de grupos vulnerabilizados. Ela permite:

- (A) Analisar as desigualdades apenas sob o ponto de vista econômico.
- (B) Explicar as desigualdades exclusivamente a partir da biologia.
- (C) Considerar como diferentes marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, geração) se cruzam e produzem formas específicas de exclusão.
- (D) Garantir que políticas públicas sejam formuladas sem considerar particularidades sociais.
- (E) Eliminar a necessidade de políticas afirmativas.

18

- Sobre as políticas públicas voltadas à inclusão de grupos vulnerabilizados, é correto afirmar que:
- São sempre universais, sem distinção de público-alvo.
 - Eliminam automaticamente todas as desigualdades sociais.
 - São implementadas apenas pelo setor privado, sem envolvimento do Estado.
 - Não precisam considerar a participação social dos próprios grupos envolvidos.
 - Devem articular redistribuição de recursos materiais e reconhecimento das diferenças culturais e identitárias.

Administração pública federal**Gustavo Scatolini****19**

A atuação da Administração Pública deve observar fundamentos constitucionais que orientam a validade dos atos administrativos, servindo como garantias ao cidadão contra abusos estatais. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- O princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição, estabelece que o agente público só pode agir conforme a lei, diferentemente do particular que pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- O princípio da impessoalidade refere-se apenas à necessidade de motivação dos atos administrativos, sem relação com a vedação à promoção pessoal de agentes públicos.
- O princípio da moralidade administrativa, embora relevante, não constitui fundamento suficiente para controle judicial de atos administrativos.
- A publicidade, enquanto princípio constitucional, é requisito de validade do ato administrativo, cuja ausência gera nulidade absoluta.
- A eficiência, acrescentada pela Emenda Constitucional n. 19/1998, representa uma diretriz de boa gestão, sendo um princípio demasiadamente abstrato.

20

Os princípios constitucionais que orientam a Administração Pública possuem caráter vinculante e devem ser observados em toda atividade administrativa. Acerca desses princípios, assinale a alternativa correta.

- O princípio da publicidade confunde-se com a publicação, de modo que toda ausência de publicação invalida o ato administrativo.
- O princípio da moralidade administrativa exige que o administrador atue conforme padrões éticos, sendo pressuposto de validade dos atos e fundamento de ação popular.

- O princípio da legalidade autoriza a Administração a agir em qualquer situação não vedada por lei, ainda que não haja previsão legal expressa.
- O princípio da eficiência, apesar de previsto na Constituição, possui natureza meramente programática, sem força normativa obrigatória.
- O princípio da impessoalidade não encontra respaldo na Constituição, mas apenas na doutrina administrativista.

Evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil e estrutura organizacional da Administração Pública**Federal/ Sistemas estruturantes da administração pública federal****Bruno Eduardo****21**

Durante um curso de integração para servidores recém-empossados em uma autarquia federal, o palestrante destacou que a Administração Pública brasileira passou por diferentes reformas, cada uma refletindo as necessidades de seu tempo histórico. Foram enfatizadas: a reforma de 1936, com o DASP; a de 1967, com o Decreto-Lei nº 200; e a de 1995, com o PDRAE. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- A criação do DASP em 1936 representou a consolidação do modelo patrimonialista, pois reforçou práticas clientelistas e a ocupação de cargos de confiança sem concurso público.
- O Decreto-Lei nº 200/1967 foi um marco ao introduzir diretrizes de descentralização e planejamento, aproximando-se de práticas gerenciais, ainda que sem romper com a burocracia.
- O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) buscou fortalecer exclusivamente o modelo burocrático, ampliando controles formais e hierarquias rígidas.
- A Constituição de 1988 instituiu explicitamente a administração pública gerencial, substituindo o modelo burocrático pela lógica de contratos de gestão e foco em resultados.
- As reformas de 1967 e 1995 foram idênticas, ambas extinguindo a burocracia e implantando integralmente o modelo de administração pública gerencial.

22

Um servidor da Secretaria de Orçamento precisou elaborar um relatório sobre a execução orçamentária da União, mas também consultou outro sistema para obter informações sobre o planejamento de programas e ações do Plano Plurianual (PPA). O gestor responsável explicou que diferentes sistemas estruturantes atendem a finalidades específicas na Administração Pública Federal. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema estruturante voltado à execução orçamentária, financeira e contábil da União, sendo distinto do SIGPlan, que acompanha planejamento governamental.
- (B) O SIAPE é o sistema utilizado para registro e acompanhamento de convênios e transferências voluntárias entre União, estados e municípios.
- (C) O SIORG é responsável pela execução das folhas de pagamento dos servidores públicos federais.
- (D) O SIPEC é voltado para execução orçamentária, funcionando como ferramenta do Tesouro Nacional.
- (E) O SIGPlan substituiu o SIAFI, tornando-se o único sistema de acompanhamento orçamentário-financeiro da União.

Fundamentos das finanças públicas, tributação e do planejamento-orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)

Anderson Ferreira

23

Em cada exercício financeiro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborado pelos entes federativos, deve ser acompanhado do Anexo de Riscos Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse anexo tem por finalidade:

- (A) Apresentar as metas de resultado primário e nominal, em valores correntes e constantes, comparando-as ao exercício anterior.
- (B) Estimar o impacto financeiro das renúncias de receitas tributárias previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) Apresentar a metodologia de cálculo da meta de inflação oficial, ajustada pelos índices adotados pelo Banco Central.
- (D) Avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as provisões a serem tomadas caso se concretizem.
- (E) Demonstrar a compatibilidade entre a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual vigente, com a indicação de desvios de execução.

24

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de determinado ente federativo foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo. Entre as informações apresentadas, foi destacado que uma das partes da LOA se refere ao chamado “orçamento fiscal”. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta:

- (A) O orçamento fiscal deve compreender exclusivamente as receitas e despesas relativas às empresas em que o ente detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (B) O orçamento fiscal é o instrumento que integra todas as receitas e despesas do regime geral de previdência social, da saúde e da assistência social.
- (C) O orçamento fiscal é uma das partes que compõem a LOA e abrange receitas e despesas dos Poderes do ente, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) O orçamento fiscal não compõe a LOA, sendo previsto em legislação específica de planejamento de médio prazo.
- (E) O orçamento fiscal tem por objetivo exclusivo registrar as transferências constitucionais realizadas pela União a Estados e Municípios, sem contemplar as demais receitas e despesas orçamentárias.

25

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Dentre os conteúdos obrigatórios previstos constitucionalmente para a LDO, assinale a alternativa correta:

- (A) A LDO deve estabelecer, em caráter definitivo, a composição detalhada da dívida ativa do ente federativo.
- (B) Compete à LDO dispor sobre as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.
- (C) A LDO tem a função de fixar todas as despesas correntes obrigatórias e de capital, independentemente da previsão do PPA.
- (D) Cabe à LDO regulamentar de forma permanente o regime jurídico único dos servidores públicos.
- (E) A LDO deve incluir exclusivamente as programações de caráter regionalizado, voltadas ao desenvolvimento econômico e social.

26

- O Plano Plurianual (PPA) é um dos principais instrumentos de planejamento da Administração Pública, previsto na Constituição Federal, e orienta a definição das prioridades governamentais. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o significado e a finalidade do PPA:
- (A) O PPA é um plano de curto prazo, com vigência anual, destinado a assegurar a execução imediata das prioridades do governo em cada exercício financeiro.
 - (B) O PPA é uma lei que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos.
 - (C) O PPA corresponde a um demonstrativo contábil-financeiro, destinado exclusivamente a consolidar a execução orçamentária anual dos entes federativos.
 - (D) O PPA é um plano estratégico de caráter permanente, aprovado uma única vez e válido para todos os governos subsequentes.
 - (E) O PPA é um instrumento específico de iniciativa do Poder Legislativo, destinado a fixar os limites de gasto e de arrecadação em cada exercício financeiro.

Trabalho e tecnologia**Vitor Kessler****27**

A digitalização dos processos produtivos trouxe novas formas de organização do trabalho. Entre as mudanças observadas, destaca-se:

- (A) Consolidação de hierarquias mais rígidas, com redução da autonomia dos colaboradores.
- (B) Utilização de plataformas digitais que conectam trabalhadores e demandas de serviço, ampliando o trabalho por projetos.
- (C) Redução da integração entre setores produtivos, que passaram a operar isoladamente.
- (D) Desuso de indicadores de desempenho, substituídos por avaliação puramente qualitativa.
- (E) Enfraquecimento das competências digitais como requisito de empregabilidade.

28

- A automação de processos robóticos (RPA) no setor público é uma iniciativa que:
- (A) Substitui tarefas manuais e repetitivas, permitindo que os servidores se concentrem em atividades de maior valor agregado.
 - (B) Exige reformulação completa das leis e regulamentos para ser implementada.
 - (C) Funciona sem integração com sistemas legados.
 - (D) Aumenta a quantidade de etapas no processo.
 - (E) Impede o monitoramento e a auditoria das atividades realizadas.

29

Ao adotar inteligência artificial em serviços públicos, um problema que pode surgir é:

- (A) Falta de dados abertos e interoperáveis, que impede a implementação de soluções de análise preditiva.
- (B) Aumento do tempo de resposta, já que decisões automatizadas precisam de conferência manual obrigatória em todos os casos.
- (C) Falta de clareza sobre como o modelo chegou ao resultado, prejudicando a transparência e a possibilidade de auditoria.
- (D) Redução da participação social, pois o uso de IA exige maior interação com cidadãos para coletar feedback.
- (E) Diminuição dos riscos de segurança cibernética, porque algoritmos aprendem a bloquear ataques automaticamente.

30

Em um projeto de transformação digital no setor público, diversos riscos podem ser identificados. Qual deles está diretamente associado à automação de processos?

- (A) Vazamento de dados sensíveis por falhas de configuração em servidores na nuvem.
- (B) Interrupção de serviços críticos devido a ataques de negação de serviço (DDoS).
- (C) Cristalização de fluxos inefficientes, fazendo com que erros sejam replicados automaticamente em larga escala.
- (D) Perda de integridade de dados causada por falhas em mecanismos de backup e recuperação.
- (E) Obsolescência rápida de tecnologias utilizadas, exigindo substituição frequente de sistemas.

Conhecimentos Específicos

Governamental e Governança Pública: estratégia, pessoas, projetos e indicadores de desempenho

Rafael Barbosa

31

No processo de elaboração do planejamento estratégico de um órgão público federal, foram identificados os seguintes aspectos: alta qualificação dos servidores, excesso de burocracia interna, avanços tecnológicos em governo digital e instabilidade política que afeta a continuidade de programas.

Considerando a Matriz SWOT, a correta classificação desses elementos é:

- (A) Força, Fraqueza, Oportunidade e Ameaça.
- (B) Oportunidade, Força, Fraqueza e Ameaça.
- (C) Força, Oportunidade, Ameaça e Fraqueza.
- (D) Fraqueza, Ameaça, Força e Oportunidade.
- (E) Força, Ameaça, Oportunidade e Fraqueza.

32

Um órgão do Poder Executivo Federal deseja ampliar o alcance de suas políticas públicas de inclusão digital. Para isso, avalia quatro alternativas estratégicas:

- I – Ampliar a quantidade de beneficiários dentro das regiões em que o programa já atua.
- II – Criar novos programas de capacitação digital para os beneficiários atuais.
- III – Levar o programa já existente para regiões onde ainda não foi implementado.
- IV – Desenvolver programas inéditos voltados a públicos que ainda não foram contemplados.

De acordo com a Matriz de Ansoff, as alternativas descritas correspondem, respectivamente, a:

- (A) Diversificação; Desenvolvimento de Produto; Penetração de Mercado; Desenvolvimento de Mercado.
- (B) Penetração de Mercado; Desenvolvimento de Produto; Desenvolvimento de Mercado; Diversificação.
- (C) Desenvolvimento de Mercado; Diversificação; Penetração de Mercado; Desenvolvimento de Produto.
- (D) Desenvolvimento de Produto; Penetração de Mercado; Diversificação; Desenvolvimento de Mercado.
- (E) Desenvolvimento de Mercado; Penetração de Mercado; Desenvolvimento de Produto; Diversificação.

33

Um órgão público federal analisa seus programas de governo para otimizar a alocação de recursos. No estudo, identificou-se que um programa de atendimento digital tem alta participação e está inserido em um setor em crescimento; outro programa de atendimento presencial ainda é muito demandado, mas o setor cresce lentamente; um programa de capacitação tecnológica apresenta baixo alcance, embora esteja em um setor em expansão; e um programa de documentação física, cada vez menos utilizado, está em um setor em declínio. Com base na Matriz BCG, assinale a correta classificação desses programas.

- (A) Estrela; Vaca Leiteira; Ponto de Interrogação; Abacaxi.
- (B) Vaca Leiteira; Estrela; Abacaxi; Ponto de Interrogação.
- (C) Estrela; Abacaxi; Vaca Leiteira; Ponto de Interrogação.
- (D) Ponto de Interrogação; Estrela; Vaca Leiteira; Abacaxi.
- (E) Estrela; Vaca Leiteira; Abacaxi; Ponto de Interrogação.

34

Um ministério avalia seus diferentes programas de políticas públicas utilizando a Matriz McKinsey/GE, que combina o grau de atratividade do setor com a força competitiva da unidade/programa. Foram identificadas as seguintes situações:

- Programa de governo digital, em setor altamente atrativo e com forte capacidade de execução.
- Programa de atendimento presencial, em setor de atratividade média, mas com recursos internos limitados.
- Programa de documentação física, em setor de baixa atratividade e com fraca posição competitiva.

Com base nessa matriz, a classificação estratégica correta é, respectivamente:

- (A) Investir; Manter/Selecionar; Desinvestir.
- (B) Manter/Selecionar; Desinvestir; Investir.
- (C) Desinvestir; Investir; Manter/Selecionar.
- (D) Investir; Desinvestir; Manter/Selecionar.
- (E) Manter/Selecionar; Investir; Desinvestir.

35

Um órgão público responsável por concessões de transporte urbano estuda fatores que afetam sua atuação. No diagnóstico, percebeu:

- A possibilidade de novas empresas privadas solicitarem concessão para operar no setor.
- A pressão exercida pelos usuários, que demandam serviços de qualidade a preços acessíveis.
- A existência de fornecedores de tecnologia que dominam soluções críticas para bilhetagem eletrônica.
- A competição intensa entre empresas já concessionárias.
- O crescimento de aplicativos de transporte por demanda, que podem substituir parte do serviço tradicional.

De acordo com o modelo das Cinco Forças Competitivas de Porter, a ordem correta dessas situações é:

- (A) Ameaça de novos entrantes; Poder de barganha dos clientes; Poder de barganha dos fornecedores; Rivalidade entre concorrentes; Ameaça de produtos substitutos.
- (B) Poder de barganha dos fornecedores; Ameaça de novos entrantes; Rivalidade entre concorrentes; Ameaça de produtos substitutos; Poder de barganha dos clientes.
- (C) Ameaça de produtos substitutos; Rivalidade entre concorrentes; Poder de barganha dos clientes; Poder de barganha dos fornecedores; Ameaça de novos entrantes.
- (D) Rivalidade entre concorrentes; Poder de barganha dos fornecedores; Poder de barganha dos clientes; Ameaça de produtos substitutos; Ameaça de novos entrantes.
- (E) Poder de barganha dos clientes; Ameaça de produtos substitutos; Ameaça de novos entrantes; Rivalidade entre concorrentes; Poder de barganha dos fornecedores.

36

Um órgão público busca melhorar a prestação de serviços de atendimento ao cidadão. Para isso, estuda diferentes estratégias:

- Investir em processos padronizados e uso intenso de tecnologia, visando oferecer serviços de forma mais barata e acessível.
- Implementar diferenciais de qualidade, como atendimento humanizado, infraestrutura moderna e serviços digitais com alto valor agregado.
- Criar projetos voltados exclusivamente para comunidades em regiões remotas, adaptando a política pública às suas necessidades específicas.

De acordo com as estratégias genéricas de Porter, essas iniciativas correspondem, respectivamente, a:

- (A) Liderança em custos; Diferenciação; Enfoque.
- (B) Diferenciação; Liderança em custos; Enfoque.
- (C) Enfoque; Diferenciação; Liderança em custos.
- (D) Liderança em custos; Enfoque; Diferenciação.
- (E) Diferenciação; Enfoque; Liderança em custos.

37

Um órgão público federal decidiu mapear suas atividades para identificar quais realmente agregam valor ao cidadão. No estudo, foram destacados:

- O desenvolvimento de sistemas de informação que apoiam o atendimento.
- A capacitação e gestão dos servidores responsáveis pela execução das políticas.
- A tramitação de processos e entrega dos serviços diretamente ao cidadão.
- O gerenciamento de contratos e recursos financeiros necessários ao funcionamento das unidades.

De acordo com o modelo da Cadeia de Valor de Porter, a correta classificação dessas atividades é:

- (A) Infraestrutura; Gestão de pessoas; Atividade primária (operações); Suporte tecnológico.
- (B) Suporte tecnológico; Gestão de pessoas; Atividade primária (operações); Infraestrutura.
- (C) Atividade primária (operações); Infraestrutura; Suporte tecnológico; Gestão de pessoas.
- (D) Gestão de pessoas; Suporte tecnológico; Infraestrutura; Atividade primária (operações).
- (E) Suporte tecnológico; Atividade primária (operações); Gestão de pessoas; Infraestrutura.

38

Um órgão público federal está implementando o *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta de gestão estratégica. Durante o processo, foram definidos os seguintes indicadores:

- Grau de capacitação dos servidores e taxa de inovação em processos internos.
- Nível de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados.
- Cumprimento da execução orçamentária e eficiência no uso dos recursos públicos.
- Tempo médio de tramitação de processos administrativos.

De acordo com as perspectivas clássicas do BSC, esses indicadores se enquadram, respectivamente, em:

- (A) Aprendizado e crescimento; Clientes; Financeira; Processos internos.
 (B) Processos internos; Financeira; Clientes; Aprendizado e crescimento.
 (C) Financeira; Aprendizado e crescimento; Processos internos; Clientes.
 (D) Clientes; Aprendizado e crescimento; Processos internos; Financeira.
 (E) Financeira; Clientes; Aprendizado e crescimento; Processos internos.

39

Durante a revisão do planejamento estratégico de um órgão público federal, foram discutidos três elementos fundamentais:

- I – A razão de existir da instituição e sua finalidade perante a sociedade.
- II – O futuro desejado que orienta suas ações de longo prazo.
- III – Os princípios éticos e crenças que devem nortear a conduta dos servidores.

Conforme a terminologia do planejamento estratégico, assinale a alternativa em que os termos correspondem, respectivamente, aos elementos apresentados.

- (A) Missão; Visão; Valores.
 (B) Visão; Missão; Valores.
 (C) Valores; Missão; Visão.
 (D) Missão; Valores; Visão.
 (E) Visão; Valores; Missão.

40

Um órgão público pretende melhorar a entrega de serviços ao cidadão por meio da gestão por processos. Para isso, foram estabelecidas as seguintes etapas:

- I – Identificar e desenhar os fluxos de atividades que compõem cada serviço prestado.
- II – Avaliar gargalos, redundâncias e ineficiências nos fluxos identificados.
- III – Propor mudanças e implantar novas práticas que tornem os processos mais eficientes e eficazes.

Assinale a alternativa em que os termos correspondem, respectivamente, às etapas apresentadas.

- (A) Mapeamento; Análise; Melhoria.
 (B) Planejamento; Execução; Controle.
 (C) Estruturação; Monitoramento; Avaliação.
 (D) Desenho organizacional; Capacitação; Acompanhamento.
 (E) Diagnóstico; Indicadores; Reestruturação.

Cosme Sérgio**41**

Um instituto estadual decidiu incorporar a gestão de riscos ao seu planejamento estratégico. Para cada objetivo, definiu indicadores, responsáveis e riscos com gatilhos de alerta. Ao longo do ano, os gestores ajustam metas conforme a materialização de riscos. Nessa situação, a prática adotada caracteriza:

- (A) um processo pontual de auditoria, dissociado do planejamento.
 (B) integração entre gestão de riscos e planejamento, com ajustes dinâmicos.
 (C) uma matriz de riscos estática, revisada apenas ao final do ciclo.
 (D) uso exclusivo de controles internos, sem governança.
 (E) comunicação reativa de incidentes, sem monitoramento prévio.

Governamental e Governança Pública: riscos, inovação, participação

Cosme Sérgio

42

Uma secretaria de infraestrutura quer priorizar riscos de atrasos em obras. A equipe propôs classificar cada risco por probabilidade e impacto, escalonando respostas conforme um mapa de calor (*heatmap*). Nesse cenário, assinale a alternativa que corresponde ao método descrito.

- (A) Análise qualitativa de riscos com matriz probabilidade x impacto.
- (B) Simulação de monte carlo, por cenários numéricos repetidos.
- (C) Análise de sensibilidade, variando um fator por vez.
- (D) *Backtesting*, comparando previsão com resultado passado.
- (E) Avaliação exclusivamente financeira por vaR (*value at risk*).

43

Um hospital público criou indicadores de risco (kri) para monitorar estoque de medicamentos: cobertura de dias, taxa de pedidos emergenciais e variação do *lead time*. Quando qualquer kri cruza limite, dispara plano de contingência. Essa abordagem de indicadores de risco ilustra:

- (A) monitoramento contínuo de riscos com limites pré-definidos (tolerância).
- (B) avaliação de impacto pós-evento, sem prevenção.
- (C) auditoria externa, com foco exclusivo em conformidade.
- (D) registro de incidentes históricos, sem gatilhos de alerta.
- (E) comunicação *ad hoc*, sem métricas.

44

Um órgão federal adotou o modelo das “três linhas”. As áreas operacionais gerem seus riscos; a segunda linha apoia, define normas e monitora; a auditoria interna avalia de forma independente. Nesse arranjo, é correto afirmar que:

- (A) a primeira linha é responsável por desenhar políticas e auditar a si mesma.
- (B) a segunda linha executa processos e entrega serviços ao cidadão.
- (C) a terceira linha define apetite a riscos e toma decisões gerenciais.
- (D) a primeira linha é proprietária dos riscos e dos controles do processo.
- (E) a segunda linha realiza auditorias de garantia independentes.

45

Um tribunal mapeou riscos de fraudes em contratos. Para reduzir a exposição, implementou segregação de funções, duplo fator de aprovação e trilhas de auditoria no sistema. Essas medidas representam, principalmente:

- (A) controles preventivos e detectivos integrados à gestão de riscos.
- (B) respostas exclusivamente reativas a incidentes.
- (C) comunicação de risco sem alteração de processos.
- (D) mitigação financeira por seguro de responsabilidade.
- (E) aceitação do risco residual sem ação.

46

O controle interno de um ministério detectou que áreas não reportavam tempestivamente eventos de risco materializados. Ele recomendou instituir política de comunicação de incidentes com prazos, canais e responsabilidades. Essas medidas buscam sobretudo:

- (A) esconder falhas para preservar reputação.
- (B) fortalecer a cultura de risco e o aprendizado organizacional.
- (C) centralizar toda informação na auditoria externa.
- (D) substituir controles por comunicação.
- (E) limitar a transparência a casos financeiros.

47

Em compras corporativas, a diretoria considera contratar seguro de transporte para cargas sensíveis. A análise mostrou que o prêmio anual é menor que a perda esperada ajustada pela probabilidade. A decisão economicamente mais racional é:

- (A) aceitar o risco e não contratar seguro.
- (B) mitigar o risco apenas com treinamento.
- (C) transferir parte do risco contratando o seguro.
- (D) evitar o risco cancelando o programa.
- (E) focar apenas em comunicação aos stakeholders.

48

Um município criou um comitê de riscos para programas prioritários. O comitê define calendário de revisão, cobra planos atrasados e reporta síntese ao núcleo de governo.

Essa governança promove:

- (A) desalinhamento entre riscos e estratégia.
- (B) integração vertical do risco à tomada de decisão estratégica.
- (C) duplicidade com o controle externo.
- (D) substituição da responsabilidade das áreas de negócio.
- (E) foco exclusivo em conformidade legal.

49

Uma universidade pública estruturou “kris” para riscos acadêmicos (evasão), financeiros (inadimplência) e operacionais (ti). Definiu limites, donos dos indicadores e rotas de escalonamento quando limiares fossem ultrapassados. Essas estratégias representam exemplo de:

(A) controles reativos, que atuam apenas após o dano.
 (B) monitoramento de riscos com indicadores-chave e governança de escalonamento.
 (C) auditoria contínua substituindo gestão.
 (D) tolerância ilimitada ao risco operacional.
 (E) avaliação de impacto *ex post* sem métricas.

50

Um projeto de transformação digital atrasou por dependências externas. O gerente incluiu no registro de riscos: causa, evento, efeito, dono do risco, ações preventivas e planos de contingência, além de data de revisão. Essa prática revela:

(A) documentação irrelevante, pois riscos não devem ser formalizados.
 (B) registro de riscos robusto, com responsabilização e ciclos de revisão.
 (C) foco apenas em lições aprendidas, sem ação preventiva.
 (D) transferência total do risco a terceiros.
 (E) indicação de que riscos já foram eliminados.

51

Um departamento estadual de transportes quer medir a pontualidade do transporte metropolitano. Hoje, usa “reclamações de atraso na ouvidoria” e “atraso médio por viagem” calculado com amostras manuais. Gerentes relatam baixa confiabilidade do dado e alegam que fatores externos (trânsito, clima) afetam o resultado. Cinco propostas foram discutidas.

Qual proposta melhor aprimora o desenho e a análise do indicador de pontualidade?

(A) substituir tudo por “custo por km rodado”, porque é objetivo e fácil de auditar, ainda que não meça pontualidade.
 (B) criar um índice composto simples: $(1/\text{reclamações}) + (1/\text{atraso médio})$, sem pesos nem validação, para ganhar rapidez na divulgação.
 (C) adotar “% de viagens com atraso > x minutos” por linha/horário, capturado automaticamente por gps; estratificar por trajeto e faixa horária; definir linha de base e meta anual; incluir um *leading indicator* (“% de manutenções preventivas no prazo”) e um plano de auditoria de dados e de atribuição (separando fatores controláveis dos externos).

- (D) usar apenas pesquisa de percepção trimestral com usuários, porque satisfação reflete a experiência, mesmo sem dados operacionais.
 (E) reduzir a amostra manual a horários de pico para baratear a medição, aceitando a perda de representatividade.

Vitor Kessler

52

A transformação digital do Estado busca:

(A) Substituir completamente a interação humana por *chatbots* e sistemas automáticos.
 (B) Garantir que todos os serviços públicos sejam prestados exclusivamente em meio físico.
 (C) Integrar serviços, simplificar processos e ampliar o acesso do cidadão por meio de canais digitais.
 (D) Aumentar a complexidade burocrática, com novas exigências para o atendimento digital.
 (E) Impedir o uso de tecnologias emergentes para reduzir custos operacionais.

53

Um órgão de controle interno implementou modelos de *machine learning* para detectar indícios de fraude em benefícios sociais. Os alertas são enviados aos auditores, que analisam os casos antes de qualquer bloqueio. Sobre o uso de IA nesse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) Gera alertas para priorização de casos, mantendo a decisão final sob supervisão humana.
 (B) Realiza bloqueios preventivos de benefícios a partir do resultado do modelo, reduzindo a etapa de validação.
 (C) Atua na identificação de padrões suspeitos, mas não integra os resultados ao fluxo de trabalho da auditoria.
 (D) Aplica modelos de aprendizado que asseguram imparcialidade plena dos resultados, dispensando revisão posterior.
 (E) Substitui procedimentos presenciais de verificação, centralizando toda a apuração no sistema.

Eixo Temático 3 – Políticas Públicas

Leonardo Albernaz

54

As conceituações de políticas públicas variam conforme a ênfase teórica adotada. Considerando essas perspectivas, assinale a alternativa **incorrecta**.

- (A) Para autores como Dye, políticas públicas podem ser entendidas como “o que o governo faz ou deixa de fazer”, incluindo ações e inações.
- (B) A perspectiva institucional contemporânea destaca que políticas públicas são restritas a normas jurídicas formais, como leis e regulamentos, que expressam a vontade do Estado.
- (C) Em abordagens processuais, políticas públicas são vistas como padrões de ação, sustentados por objetivos e valores, que se materializam em diferentes arenas decisórias.
- (D) Parte da literatura contemporânea ressalta que políticas públicas não se restringem a programas com gasto orçamentário, mas incluem regulações, incentivos e arranjos cooperativos.
- (E) Abordagens recentes tratam a política pública como processo dinâmico e multidimensional, articulando formulação, implementação, avaliação e aprendizagem.

55

O estudo do processo de políticas públicas envolve diferentes modelos analíticos. Sobre essa temática, identifique a alternativa **incorrecta**.

- (A) O modelo incrementalista, de Lindblom, ressalta que decisões tendem a ocorrer de forma gradual, com pequenos ajustes em relação ao *status quo*, em vez de mudanças radicais.
- (B) Uma abordagem de racionalidade limitada pode ser mais lenta e levar a decisões mais arriscadas em políticas públicas, em comparação com o incrementalismo.
- (C) O ciclo de políticas públicas é um modelo prescritivo que define uma sequência fixa de etapas, definindo formalmente o momento de cada fase.
- (D) A abordagem de múltiplos fluxos sugere que problemas, soluções e condições políticas se alinharam em janelas de oportunidade, abrindo espaço para mudanças na agenda.
- (E) Modelos *bottom-up* de implementação destacam a importância da burocracia de nível de rua, que adapta regras gerais às condições concretas de execução.

56

Modelos explicativos do processo de políticas públicas buscam compreender como problemas entram na agenda governamental e como são transformados em decisões. A esse respeito, analise as alternativas seguintes e assinale o item correto.

- (A) O modelo de múltiplos fluxos, de Kingdon, sugere que problemas e soluções se unem de forma pre-determinada, com escassa influência de janelas de oportunidade.
- (B) O modelo incrementalista defende que as decisões são fruto de escolhas racionais integrais, com ampla informação disponível e análise de todas as alternativas.
- (C) A perspectiva *garbage can* (cesta de lixo) propõe que decisões em organizações complexas resultam da combinação relativamente caótica de fluxos de problemas, soluções e participantes.
- (D) O modelo *top-down* de implementação sustenta que o sucesso da política depende da autonomia dos burocratas de nível de rua em adaptar regras a contextos locais.
- (E) A perspectiva *bottom-up* descreve a formulação como processo isolado da arena política, centrado em decisões técnicas.

57

Em relação às transformações na atuação do Estado e sua interação com outros atores nas políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A globalização reduziu a capacidade dos Estados de formular e implementar políticas, impossibilitando-os de exercer uma boa coordenação interna.
- (B) A atuação estatal em políticas públicas envolve regular e financiar, mas também garantir direitos e equacionar interesses divergentes e concorrentes.
- (C) A crescente importância das parcerias público-privadas demonstra que a intervenção direta do Estado perdeu relevância em áreas essenciais.
- (D) A descentralização política prescinde de mecanismos nacionais de coordenação, pois os entes locais garantem eficiência por sua atuação mais direcionada às realidades locais.
- (E) A legitimidade das ações estatais é garantida pelo respaldo legal, independentemente de processos participativos ou transparência.

58

A burocracia exerce papel fundamental no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Sobre a burocracia e suas funções, assinale a alternativa **incorrecta**.

- (A) A discricionariedade pode permitir adaptações úteis, mas também criar riscos de inconsistência e desigualdade entre beneficiários.
- (B) A burocracia de nível de rua, ao interpretar normas, participa ativamente da construção do conteúdo das políticas.
- (C) O controle excessivo por regras detalhadas pode gerar conformidade formal, mas reduzir aprendizado e capacidade de resposta.
- (D) Supervisão e avaliação de resultados ajudam a equilibrar autonomia e responsabilização, fortalecendo a confiança pública.
- (E) A autonomia burocrática impede a ocorrência de vieses e preconceitos na implementação de políticas públicas descentralizadas.

59

As redes de políticas públicas se diferenciam de arranjos hierárquicos tradicionais, mobilizando múltiplos atores. Sobre esse tema, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa **incorrecta**.

- (A) A governança em redes pode estabelecer uma articulação verticalizada entre atores, incluindo governos de diferentes esferas (nacional, estadual e local) e atores não-governamentais.
- (B) A ausência de hierarquia exige governança pactuada, com regras de decisão, instâncias de coordenação e monitoramento.
- (C) Redes favorecem a coordenação horizontal entre governo, sociedade civil e setor privado em torno de problemas complexos.
- (D) O Estado frequentemente mantém papel articulador, fornecendo legitimidade, recursos e capacidade de coordenação.
- (E) Um dos principais desafios das redes é alinhar incentivos e superar assimetrias de poder e informação.

60

Problemas complexos e marcados por fatores interdependentes podem exigir arranjos institucionais e de governança inovadores, como as redes de políticas públicas. Sobre essas redes, é incorreto afirmar que:

- (A) Redes podem gerar efeitos de aprendizado coletivo e difusão de inovações, aproveitando conhecimentos distribuídos entre diferentes atores.
- (B) A presença de múltiplos interesses pode tanto enriquecer as soluções quanto criar bloqueios decisórios e custos adicionais de coordenação.

(C) A autonomia dos integrantes da rede é uma das vantagens do modelo, à qual não correspondem riscos para a coordenação em busca dos objetivos compartilhados.

- (D) Em muitos casos, o Estado atua como mediador e garantidor de compromissos, mesmo quando não exerce controle hierárquico direto.
- (E) A governança em redes exige lidar com assimetrias de poder e informação, o que pode demandar arranjos inovadores de monitoramento e incentivo.

61

Os indicadores são instrumentos centrais para monitorar e avaliar políticas públicas. Considerando suas propriedades e usos, identifique a alternativa **incorrecta**.

- (A) A validade é a capacidade que um indicador possui de refletir tempestivamente as mudanças decorrentes das intervenções realizadas.
- (B) A confiabilidade significa que os indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação.
- (C) A estabilidade é a capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações das variáveis de interesse.
- (D) A desagregabilidade é a capacidade de representação regionalizada de grupos sociodemográficos.
- (E) A disponibilidade significa que os dados básicos para o uso dos indicadores devem ser de fácil obtenção.

62

Sobre as propriedades e boas práticas no uso de indicadores para monitoramento das políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- (A) Indicadores complexos são preferíveis, pois limitam os riscos de interpretações equivocadas pelos gestores e pelo público.
- (B) Monitorar insumos e produtos tende a ser suficiente para aferir a efetividade das políticas.
- (C) O excesso de indicadores é sempre benéfico, pois amplia a visão do gestor, mesmo que traga prejuízos pontuais para o foco e a comparabilidade.
- (D) Indicadores em políticas públicas devem ser quantitativos, para assegurar a objetividade das mensurações e análises.
- (E) Indicadores devem ser relevantes, comprehensíveis e comparáveis ao longo do tempo, para subsidiar decisões informadas.

63

As avaliações podem assumir diferentes modalidades, de acordo com seus propósitos e momento de aplicação. Sobre esse tema, assinale a alternativa **incorrecta**.

- (A) Avaliações *ex ante* ajudam a comparar alternativas de intervenção, projetando custos, benefícios e riscos antes da implementação.
- (B) Avaliações formativas ocorrem durante a execução, sugerindo ajustes de meio de curso para aprimorar o desenho da política.
- (C) Avaliações somativas analisam resultados e impactos ao final do ciclo, apoiando decisões sobre continuidade ou encerramento.
- (D) Análises custo-benefício e custo-efetividade se propõem a avaliar a viabilidade e comparar alternativas *ex ante*, sendo pouco úteis após ciclos de implementação da política pública.
- (E) Avaliações de impacto procuram identificar efeitos atribuíveis à intervenção, muitas vezes por meio de métodos contrafactuals.

64

Na análise de políticas públicas, conceitos como eficiência, eficácia e efetividade são frequentemente utilizados. Considerando suas distinções como dimensões do desempenho, assinale a alternativa **incorrecta**.

- (A) A economicidade diz respeito ao custo dos insumos, respeitados os padrões de qualidade necessários.
- (B) A eficácia mede se os produtos (outputs) planejados foram entregues conforme estabelecido.
- (C) A efetividade mede em que medida os resultados alcançados correspondem aos efeitos pretendidos sobre o público-alvo.
- (D) Eficiência refere-se à comparação entre recursos utilizados e produtos obtidos.
- (E) A efetividade busca medir a justiça na distribuição de custos e benefícios das políticas públicas.

65

Sobre o movimento por políticas públicas informadas por evidências, que busca ampliar o uso de conhecimento científico no processo decisório, assinale a alternativa correta.

- (A) Ensaios randomizados oferecem o padrão-ouro de causalidade e, quando bem conduzidos, dispensam triangulação com métodos observacionais para fins de decisão governamental.
- (B) Para preservar neutralidade e reduzir controvérsias, é prudente restringir a publicidade de protocolos e bases de dados até a fase final, quando a política já estiver desenhada.

(C) Bases administrativas e avaliações de implementação são úteis para gestão, mas não constituem evidência no sentido estrito e, portanto, não devem orientar escolhas de desenho.

- (D) A redução de vieses na análise de evidências depende de um núcleo técnico restrito; a participação de gestores e sociedade tende a introduzir preferências indesejadas.
- (E) Processos de decisão informados por evidências combinam métodos e fontes e explicitam critérios como custo, equidade e viabilidade, registrando hipóteses, incertezas e *trade-off* de forma transparente.

Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Compras na Administração Pública

Flávio Assis

66

Considere o papel multifacetado do Estado na economia e a utilização do orçamento público como um instrumento central para a sua atuação. Avalie a seguinte afirmação: “A função alocativa do orçamento, embora crucial para a provisão de bens e serviços públicos, é a única dimensão que justifica a presença do Estado em falhas de mercado, como as externalidades negativas e os bens públicos.”

Com base nessa afirmação e nas funções do orçamento público (allocativa, distributiva e estabilizadora), assinale a alternativa correta.

- (A) A afirmação está correta, pois a função alocativa é a única que se relaciona diretamente com a eficiência econômica e a correção de falhas de mercado, enquanto as funções distributiva e estabilizadora lidam com questões sociais e macroeconômicas, respectivamente.
- (B) A afirmação está incorreta. Embora a função alocativa seja primordial para a correção de falhas de mercado, a função estabilizadora também pode ser utilizada para mitigar externalidades negativas, como a poluição, por meio de impostos e subsídios, que afetam a alocação de recursos.
- (C) A afirmação está incorreta. A função alocativa, que trata da provisão de bens públicos e da correção de externalidades, é complementada pelas funções distributivas (que corrige a desigualdade na alocação de recursos) e estabilizadora (que assegura o pleno emprego e o controle inflacionário), formando um conjunto interdependente de instrumentos para a intervenção estatal.

- (D) A afirmação está correta. A função distributiva do orçamento, ao tratar da redistribuição de renda, não se aplica à correção de falhas de mercado, e a função estabilizadora, focada no ciclo econômico, tem um escopo de atuação completamente diferente, sem qualquer sobreposição com a alocação de recursos.
- (E) A afirmação está incorreta. A função distributiva é crucial para corrigir falhas de mercado, pois garante que a alocação de recursos beneficie todas as classes sociais de forma equitativa. A função estabilizadora, por sua vez, é a única que pode ser usada para combater falhas de mercado que afetam o emprego.

67

As técnicas orçamentárias evoluíram para além do mero registro de despesas, visando aprimorar a eficiência, a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Considere o Orçamento de Base Zero (OBZ) e o Orçamento-Programa como abordagens distintas.

Avalie a seguinte afirmação: “O Orçamento de Base Zero (OBZ) é uma técnica de planejamento que exige uma revisão minuciosa de todas as despesas a cada ciclo orçamentário, independentemente de sua natureza, o que o torna a abordagem mais eficaz para aprimorar a eficiência do gasto público. Por outro lado, o Orçamento-Programa, ao focar na alocação de recursos por meio de programas e objetivos, não permite a mesma flexibilidade para a reavaliação de gastos históricos.”

Com base nessa afirmação e na teoria das técnicas orçamentárias, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- (A) A afirmação está correta em ambos os pontos. O OBZ é a única técnica que, por não considerar a base histórica, pode de fato eliminar despesas redundantes. O Orçamento-Programa, por sua vez, é inherentemente rígido por sua estrutura programática.
- (B) A afirmação está incorreta. Embora o OBZ exija a reavaliação completa de todas as despesas, o Orçamento-Programa, ao vincular gastos a resultados, também permite a revisão de despesas históricas, analisando a eficácia dos programas em andamento.
- (C) A afirmação está parcialmente correta. O OBZ é, de fato, a única técnica que força uma reavaliação total, mas a sua eficácia é limitada pela dificuldade de implementação prática em grandes burocracias, onde a análise de todos os itens de despesa é inviável a cada ano.
- (D) A afirmação está incorreta. O Orçamento-Programa é a técnica mais eficaz para aprimorar a eficiência do gasto, pois, ao focar em metas e indicadores de desempenho, substitui a análise incremental por uma avaliação de resultados. O OBZ é uma técnica superada e pouco flexível.

- (E) A afirmação está incorreta. O OBZ é uma técnica que pode ser aplicada para reavaliar gastos específicos, mas a afirmação erra ao generalizar seu uso para todas as despesas anualmente. O Orçamento-Programa, por sua vez, é a técnica mais completa, pois, além de focar em resultados, pode incorporar elementos do OBZ, como a revisão de programas específicos.

68

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, estabelecido para um período de quatro anos, com o objetivo de orientar a alocação de recursos em programas e ações. Considere a seguinte afirmação sobre sua natureza e sua relação com a Lei Orçamentária Anual (LOA):

“Embora o PPA seja a lei mais importante do ciclo orçamentário por definir as metas e prioridades de longo prazo da gestão, sua rigidez e seu caráter de lei formal-material impedem que a Lei Orçamentária Anual (LOA) se desvie dos programas e metas nele contidos. Por essa razão, qualquer alteração nas políticas públicas durante o quadriênio exige a aprovação de uma nova lei para modificar o PPA, garantindo a sua imutabilidade.”

Com base nessa afirmação e na legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- (A) A afirmação está correta em ambos os pontos. O PPA, por ser o principal instrumento de planejamento, possui primazia sobre a LOA, e qualquer ajuste nas prioridades durante o seu ciclo de vigência só pode ocorrer através de uma nova lei modificadora.
- (B) A afirmação está incorreta. O PPA não é uma lei rígida; ele é apenas um plano de intenções que pode ser alterado a qualquer momento por medida provisória, e a LOA pode ignorar seus programas e metas se houver uma justificativa de conjuntura econômica.
- (C) A afirmação está incorreta. O PPA é uma lei formal, mas não é uma lei imutável. Embora a LOA deva obedecer aos programas e metas do PPA, a gestão pode propor projetos de lei de alteração ou revisão do PPA a cada ano para adaptá-lo às novas realidades econômicas e sociais, garantindo a flexibilidade necessária sem comprometer a previsibilidade.
- (D) A afirmação está parcialmente correta. É verdade que a LOA não pode se desviar dos programas do PPA. No entanto, o PPA é uma lei formal-material que pode ser modificada por decretos do poder executivo, sem a necessidade de aprovação de uma nova lei pelo legislativo.
- (E) A afirmação está incorreta. O PPA é a lei mais importante do ciclo, mas a LOA, por ser a lei de execução orçamentária, pode ignorar as metas do PPA em nome da eficiência da gestão, sem a necessidade de alterá-lo.

69

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um dos instrumentos centrais do planejamento orçamentário no Brasil, servindo como elo entre o planejamento de médio prazo, estabelecido no PPA, e a execução anual, detalhada na LOA. Considere a seguinte afirmação sobre sua função:

"A LDO é essencialmente uma lei formal que estabelece as metas e prioridades para o ano fiscal seguinte, de forma a simplesmente replicar os programas e ações já definidos no PPA para o período em questão. Sua principal função é delimitar o teto de gastos do governo, sendo o único instrumento do ciclo orçamentário a prever a avaliação do cumprimento das metas fiscais."

Com base nessa afirmação e nas funções da LDO na legislação orçamentária brasileira, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- (A) A afirmação está correta em ambos os pontos. A LDO é uma mera formalidade que sintetiza o PPA anualmente, e sua função primordial é estabelecer o teto de gastos, sendo a única que avalia metas fiscais.
- (B) A afirmação está incorreta. A LDO não se limita a replicar o PPA, mas o articula ao contexto anual. Sua função é mais abrangente, estabelecendo metas fiscais, critérios para a execução da despesa e orientações para a LOA, e não apenas o teto de gastos. A avaliação de metas fiscais, no entanto, é exclusiva da LDO.
- (C) A afirmação está incorreta. A LDO, embora seja o elo entre o PPA e a LOA, é de caráter menos vinculante que as outras leis. Sua função é apenas orientativa, não havendo obrigatoriedade de que a LOA siga suas diretrizes de forma estrita, o que permite maior flexibilidade à gestão.
- (D) A afirmação está incorreta. A LDO não é uma simples replicadora do PPA. Ela estabelece as regras e prioridades anuais, definindo metas fiscais e critérios para a alocação de recursos. Além disso, a avaliação das metas fiscais é uma responsabilidade compartilhada com o Relatório de Gestão Fiscal, tornando a afirmação original incompleta.
- (E) A afirmação está parcialmente correta. A LDO é o único instrumento que avalia o cumprimento das metas fiscais. No entanto, sua função principal é detalhar a totalidade do orçamento para o ano fiscal, o que a torna um substituto para a LOA em casos de urgência.

70

No âmbito da execução orçamentária e da contabilidade pública, os Restos a Pagar (RAP) representam um dos indicadores mais complexos e debatidos. Considere a seguinte afirmação sobre sua natureza:

"Os Restos a Pagar representam despesas efetivamente realizadas e liquidadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro. O acúmulo de um alto volume de Restos a Pagar é sempre um sinal inequívoco de má gestão e incapacidade de execução orçamentária, pois indica que o Poder Público deixou de honrar seus compromissos, independentemente de sua natureza."

Com base nessa afirmação e nas normas de contabilidade pública, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

- (A) A afirmação está correta em ambos os pontos. Os Restos a Pagar se referem apenas a despesas liquidadas, e seu volume elevado sempre demonstra uma má gestão financeira.
- (B) A afirmação está parcialmente incorreta. O acúmulo de RAPs não indica, necessariamente, ineficiência. A afirmação acerta ao não distinguir os RAPs processados (com liquidação) dos não processados (sem liquidação), que têm naturezas e implicações contábeis e fiscais semelhantes.
- (C) A afirmação está incorreta. Os Restos a Pagar são, na verdade, uma forma de dívida de longo prazo. Portanto, sua existência reflete a necessidade de o governo se endividar para financiar seus projetos, e não um problema de execução.
- (D) A afirmação está parcialmente correta. É verdade que os Restos a Pagar se referem a despesas liquidadas. No entanto, o volume elevado de RAPs não é um problema, mas uma forma de assegurar a continuidade de projetos de grande porte de um ano para o outro.
- (E) A afirmação está parcialmente correta. Os Restos a Pagar são despesas empenhadas e não pagas, distinguindo-se as processadas, das não processadas. O acúmulo de RAPs, embora possa refletir ineficiência, não é necessariamente uma má gestão, pois a sua existência é um mecanismo para garantir que os projetos e despesas continuem a ser executados após o encerramento do exercício financeiro.

71

A Secretaria de Obras de um estado celebra, em 28 de dezembro do exercício financeiro de 2024, um contrato com uma empresa privada para a reforma de um hospital, incluindo o empenho da despesa. O serviço é concluído e o relatório técnico de aceitação é entregue em 15 de janeiro de 2025. Diante disso, o responsável pela Secretaria emite uma Ordem de Pagamento em 20 de janeiro de 2025, para honrar o valor total do contrato. Considerando o ciclo da despesa pública e as normas de contabilidade e finanças aplicadas ao caso, qual das seguintes análises descreve corretamente a classificação e o procedimento adotado?

- (A) A despesa deve ser classificada como um Resto a Pagar Não Processado no exercício de 2024, pois o empenho foi realizado naquele ano. O pagamento em 2025, embora efetuado em outro exercício, não exige um novo empenho, pois a liquidação ocorreu e o pagamento é a fase final para honrar a obrigação legal original.
- (B) A despesa deve ser classificada como uma despesa de empenho por estimativa no exercício de 2024 e como um Resto a Pagar Processado em 2025. O pagamento em 2025 não pode ser realizado com base em um empenho de 2024, pois a liquidação e o reconhecimento do direito do credor ocorreram apenas em 2025.
- (C) A despesa não pode ser classificada como um Resto a Pagar, pois o serviço foi concluído em 2025, um novo exercício. O pagamento realizado em janeiro de 2025 deve ser precedido por um novo empenho e uma nova liquidação no exercício de 2025, de modo a garantir a correta apropriação orçamentária.
- (D) O procedimento está parcialmente incorreto. A Ordem de Pagamento emitida em 2025 só poderia honrar a despesa se a liquidação tivesse ocorrido em 2024. A despesa deve ser classificada como Resto a Pagar Processado, mas o pagamento só poderia ser realizado após a revalidação contábil da obrigação em 2025.
- (E) O procedimento está incorreto. A despesa deveria ter sido liquidada em 2024, visto que o contrato foi assinado naquele ano. A Ordem de Pagamento emitida em 2025, portanto, é irregular e deve ser estornada, pois o empenho, por si só, não autoriza o pagamento em outro exercício.

72

O governo do estado de Pernambuco, com o objetivo de expandir sua capacidade de atendimento à saúde, empreende dois projetos distintos:

- I – A construção de uma nova unidade hospitalar especializada em tratamentos de alta complexidade.
- II – A contratação de médicos e enfermeiros para reforçar o quadro de profissionais de um hospital já existente.

Ambas as ações são realizadas com recursos provenientes de uma operação de crédito interna.

Considerando as classificações da despesa pública (econômica, funcional e por natureza), qual das seguintes alternativas descreve corretamente a classificação de ambas as despesas em seus níveis mais apropriados?

- (A) A despesa I é classificada como Despesa Corrente na categoria de Investimentos, e a despesa II é classificada como Despesa de Capital na categoria de Outras Despesas Correntes. Ambas pertencem à função Saúde.
- (B) A despesa I é classificada como Despesa de Capital na categoria de Investimentos, e a despesa II é classificada como Despesa Corrente na categoria de Pessoal e Encargos Sociais. Ambas pertencem à função Saúde.
- (C) A despesa I é classificada como Despesa Corrente na categoria de Amortização da Dívida, e a despesa II é classificada como Despesa de Capital na categoria de Inversões Financeiras. Ambas pertencem à função Saúde.
- (D) A despesa I é classificada como Despesa de Capital na categoria de Inversões Financeiras, e a despesa II é classificada como Despesa Corrente na categoria de Serviços da Dívida. A função é Saúde apenas para a despesa II.
- (E) Ambas as despesas são classificadas como Despesa de Capital, pois são financiadas por uma operação de crédito. A despesa I é um Investimento e a despesa II é Outras Despesas de Capital. Ambas pertencem à função Saúde.

73

Para financiar suas atividades, o governo federal brasileiro utiliza uma variedade de fontes de receita. Considere as duas situações hipotéticas a seguir:

- I – O governo arrecada R\$ 500 milhões com a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).
- II – O governo obtém R\$ 200 milhões com a venda de um antigo prédio que pertencia a um ministério e não era mais utilizado.

Considerando as classificações da receita pública em suas categorias e origens, assinale a alternativa que descreve corretamente a classificação de ambas as receitas.

- (A) A receita I é classificada como Receita de Capital na categoria de Transferências Correntes, e a receita II é classificada como Receita Corrente na categoria de Receita de Serviços.
- (B) A receita I é classificada como Receita Corrente na categoria de Receita de Serviços, e a receita II é classificada como Receita de Capital na categoria de Operações de Crédito.
- (C) A receita I é classificada como Receita Corrente na categoria de Receita Tributária, e a receita II é classificada como Receita de Capital na categoria de Alienação de Bens.
- (D) A receita I é classificada como Receita de Capital na categoria de Receita Patrimonial, e a receita II é classificada como Receita Corrente na categoria de Receita Industrial.
- (E) Ambas as receitas são classificadas como Receita Corrente, pois não aumentam a dívida pública. A receita I é uma Receita Tributária e a receita II é uma Receita de Capital de Alienação de Bens.

74

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente orçadas, essenciais para a flexibilidade da gestão pública. Considere as três situações a seguir, que exigem a abertura de créditos adicionais:

- I – O Ministério da Educação decide implementar um novo programa de bolsas de estudo para pesquisa, não previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- II – O Ministério da Saúde verifica que a dotação orçamentária para a compra de medicamentos de uso contínuo, já existente na LOA, é insuficiente para cobrir as necessidades até o final do ano.
- III – Um terremoto de grande escala atinge uma região do país, causando destruição generalizada e demandando recursos imediatos para resgate e assistência humanitária.

Considerando os tipos de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário), assinale a alternativa que associa corretamente cada situação ao tipo de crédito e à sua característica mais relevante.

- (A) A situação 1 requer um crédito suplementar, que se destina a despesas não previstas na LOA. A situação 2 requer um crédito especial, que visa reforçar dotações já existentes. A situação 3 requer um crédito extraordinário, que pode ser aberto por Medida Provisória.
- (B) A situação 1 requer um crédito especial, que se destina a despesas não previstas na LOA. A situação 2 requer um crédito suplementar, que visa reforçar dotações já existentes. A situação 3 requer um crédito extraordinário, destinado a despesas de urgência e imprevisíveis.
- (C) A situação 1 requer um crédito extraordinário, por se tratar de uma nova política pública. A situação 2 requer um crédito suplementar, pois é uma necessidade urgente. A situação 3 requer um crédito especial, que pode ser aberto por Medida Provisória.
- (D) A situação 1 requer um crédito especial, aprovado por projeto de lei. A situação 2 requer um crédito suplementar, que pode ser aberto por decreto. A situação 3 requer um crédito extraordinário, que pode ser aberto por lei.
- (E) A situação 1 requer um crédito suplementar, que é o tipo mais comum. A situação 2 requer um crédito especial, pois envolve uma despesa de grande vulto. A situação 3 requer um crédito extraordinário, que é o único tipo de crédito adicional.

75

A «Dívida Ativa» é um dos conceitos mais importantes e complexos da gestão de receitas públicas. Ela representa o crédito da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, que não foi pago no prazo devido e passou por um processo de inscrição. Considere a seguinte situação:

Uma empresa privada não recolhe o Imposto sobre Serviços (ISS) no prazo legal estabelecido. Após a notificação e a expiração do período para pagamento voluntário, a prefeitura realiza a inscrição do débito em Dívida Ativa. Com base no direito tributário e na contabilidade pública, qual das alternativas a seguir descreve corretamente as implicações e a natureza dessa inscrição?

- (A) A inscrição do débito em Dívida Ativa representa o estágio final da arrecadação da receita pública. Esse ato transforma o débito em uma nova receita, de natureza não tributária, que pode ser cobrada diretamente pelo Poder Executivo sem a necessidade de processo judicial.
- (B) A inscrição em Dívida Ativa é um ato administrativo que certifica a liquidez e a certeza do crédito da Fazenda Pública. A partir de então, o débito adquire presunção de certeza e liquidez, podendo ser cobrado judicialmente através da execução fiscal.

- (C) A inscrição em Dívida Ativa é um mero registro contábil do valor devido, não conferindo ao débito nenhuma nova presunção legal. Para a cobrança, a Fazenda Pública deve iniciar um novo processo administrativo para cada contribuinte.
- (D) A inscrição do débito em Dívida Ativa tem o efeito de suspender a exigibilidade do crédito tributário, permitindo ao contribuinte negociar o pagamento sem a incidência de juros e multas.
- (E) O ato de inscrição em Dívida Ativa é o que constitui o crédito tributário. Até que a inscrição ocorra, o débito não tem validade legal e não pode ser cobrado.

Claudio Zorzo

76

O ordenador de despesa de uma entidade pública solicitou que o analista contábil não registrasse um veículo recebido como doação da sociedade, mas que incluísse uma nota explicativa no balanço patrimonial, destacando a inscrição do veículo com patrimônio da entidade. A justificativa foi de que não houve a arrecadação da receita. Com base nos princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis ao setor público, o não registro da doação afetou o resultado patrimonial pelo desrespeito ao princípio da:

- (A) entidade
- (B) oportunidade
- (C) competência
- (D) continuidade
- (E) prudência

77

O patrimônio Público é o conjunto dos bens, direitos e as obrigações. Na composição do patrimônio público, deve ser classificado como um passivo da entidade pública:

- (A) estoque de material de escritório
- (B) empréstimos a receber
- (C) veículo, comprado a prazo.
- (D) despesa antecipada
- (E) receita antecipada

78

Dentro das mutações patrimoniais de uma entidade podemos classificar como uma variação patrimonial diminutiva (VPD):

- (A) compra de móveis a prazo.
- (B) recebimento de um direito.
- (C) apropriação da folha salarial do mês.
- (D) o recebimento de uma doação.
- (E) o empenho de uma despesa.

Eixo Temático 5 – Transparência

Vitor Kessler

79

Um cidadão solicita a um órgão público federal cópia de contratos administrativos celebrados nos últimos 12 meses. O órgão responde em prazo razoável, enviando a documentação por e-mail, sem necessidade de justificar o pedido.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011), essa situação caracteriza:

- (A) Exercício do direito de acesso à informação, em que o solicitante não precisa apresentar motivo para o pedido.
- (B) Exceção à regra geral, pois contratos administrativos são informações classificadas como reservadas.
- (C) Situação em que o órgão poderia negar acesso para proteger a intimidade das empresas contratadas.
- (D) Caso em que seria obrigatória a presença do requerente para retirada da documentação fisicamente no órgão.
- (E) Situação em que o acesso dependeria de autorização da autoridade máxima do órgão.

80

Um município disponibiliza em seu site oficial relatórios de gestão fiscal, dados de execução orçamentária e informações sobre licitações, sem que o cidadão precise solicitar formalmente.

Essa iniciativa é exemplo de:

- (A) Transparência passiva, pois depende de pedido formal do interessado.
- (B) Transparência ativa, pois o órgão publica as informações espontaneamente.
- (C) Dado sigiloso, pois envolve valores e contratos em andamento.
- (D) Restrição de acesso, já que nem todos os cidadãos acessam a internet.
- (E) Informação classificada, pois sua divulgação pode comprometer a segurança do município.

Eixo Temático 5 – Transparência, Proteção de Dados, Comunicação e Atendimento ao Cidadão

Maurício Franceschini

81

Levando em consideração a Lei Geral de Proteção de Dados, analise as assertivas abaixo, no que tange à composição e competência do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade - CNPD:

- I – É composto por 10 representantes, designados pelo Presidente da República.
- II – Os membros oriundos de entidades e instituições da sociedade civil (sindicatos, associações etc.) possuem mandato de 2 anos.
- III – É o órgão máximo deliberativo e normativo da ANPD.
- IV – Possui competência para sugerir ações a serem realizadas pela ANPD.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) IV.

82

Francisca, pessoa física, confeiteira, ao realizar uma venda a uma cliente, solicitou seus dados pessoais. No entanto, não comunicou o propósito para o qual os dados estavam sendo tratados, além de ter coletado dados muito além do necessário para a realização de uma simples venda de confeitaria. No que tange aos aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), relacionados aos princípios elencados na Lei, marque V para Verdadeiro e F para Falso.

- O fato de não terem sido fornecidos os propósitos do tratamento de dados pela confeiteira, viola o princípio da finalidade.
- O fato de terem sido coletados dados muito além do necessário para a realização da venda viola o princípio da adequação.
- Conforme a LGPD, o consentimento no caso em tela pode ser considerado nulo, uma vez que não foram determinadas as finalidades específicas do tratamento de dados.

Assinale abaixo a alternativa que apresenta a correta sequência, de cima para baixo:

- (A) V-V-V.
- (B) V-F-V.
- (C) V-F-F.
- (D) F-F-V.
- (E) F-F-F.

83

Em relação aos fundamentos que se apresentam na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, LGPD, representa o direito fundamental que toda pessoa natural tem de controlar o uso de suas próprias informações pessoais e estabelece que o titular dos dados é o protagonista na relação que envolve a coleta, o tratamento e o compartilhamento de suas informações. Tal definição diz respeito ao fundamento:

- (A) Respeito à privacidade.
- (B) Autodeterminação informativa.
- (C) Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.
- (D) Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- (E) Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.

84

Quanto às atribuições dos agentes de tratamento de dados pessoais elencados na LGPD, analise as afirmações a seguir:

- I – Executar Tratamento conforme o controlador.
- II – Cooperar com o Controlador em auditorias, incidentes e obrigações legais.
- III – Manter Registros das operações de TDP.

Tais atribuições referem-se à(ao)

- (A) Controlador.
- (B) Encarregado.
- (C) Operador.
- (D) ANPD.
- (E) CNPD.

85

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), são agentes de tratamento, apenas:

- (A) Encarregado, operador e controlador.
- (B) Encarregado e operador.
- (C) Encarregado e controlador.
- (D) Controlador e operador.
- (E) ANPD e controlador.

Estatística**Marcelo Leite****86**

Um administrador de uma grande empresa deseja realizar uma pesquisa para avaliar a satisfação dos funcionários em relação às políticas de recursos humanos. A empresa tem 20 departamentos, cada um com aproximadamente 50 funcionários. O administrador decide utilizar a técnica de amostragem por conglomerado, selecionando aleatoriamente 4 departamentos e aplicando um questionário a todos os funcionários desses departamentos. Qual é a principal vantagem dessa abordagem em relação à amostragem aleatória simples?

- (A) Redução do viés de seleção.
- (B) Aumento da precisão das estimativas.
- (C) Redução do custo e da complexidade da pesquisa.
- (D) Melhoria da representatividade da amostra.
- (E) Aumento da taxa de resposta.

87

Um empresário deseja realizar uma pesquisa para entender melhor o comportamento de compra dos seus 10.000 clientes. Ele decide selecionar uma amostra de 1.000 clientes para enviar um questionário. No entanto, ele propõe que os clientes possam ser divididos em três grupos distintos: clientes que compram frequentemente, clientes que compram ocasionalmente e clientes que compram raramente. Qual é o método de seleção de amostra mais apropriado para garantir que a amostra seja representativa dos três grupos de clientes?

- (A) Amostragem aleatória simples.
- (B) Amostragem sistemática.
- (C) Amostragem por conglomerado.
- (D) Amostragem estratificada.
- (E) Amostragem por julgamento.

88

Uma empresa tem 500 estagiários, e o tempo médio de permanência no estágio é de 12 meses, com um desvio padrão de 3 meses. Se uma amostra aleatória de 100 estagiários for selecionada, qual é o valor esperado da média amostral do tempo de permanência no estágio?

- (A) 10 meses
- (B) 11 meses
- (C) 12 meses
- (D) 13 meses
- (E) 14 meses

89

Uma empresa tem três processos de produção, cada um com uma produção diária diferente e um custo por unidade diferente. O processo A produz 500 unidades por dia, com um custo de R\$ 10 por unidade. O processo B produz 300 unidades por dia, com um custo de R\$ 12 por unidade. O processo C produz 200 unidades por dia, com um custo de R\$ 8 por unidade. Qual é o custo médio ponderado por unidade dos três processos?

- (A) R\$ 9,50
- (B) R\$ 10,20
- (C) R\$ 10,50
- (D) R\$ 11,00
- (E) R\$ 11,50

90

Um administrador de uma empresa está analisando o tempo de processamento de 7 tarefas diferentes em um determinado departamento. Os tempos de processamento, em minutos, são: 10, 15, 12, 18, 11, 14 e 25. Qual é a mediana do tempo de processamento dessas tarefas?

- (A) 12 minutos
- (B) 13 minutos
- (C) 14 minutos
- (D) 15 minutos
- (E) 16 minutos

Discursiva

Andréa Cerqueira

Texto 1

A administração contemporânea enfrenta o desafio de alinhar eficiência operacional à inovação organizacional. A transformação digital, a automação de processos e o uso de dados estratégicos permitem que gestores tomem decisões mais rápidas e fundamentadas. Entretanto, o sucesso depende também da capacidade de engajar equipes, desenvolver talentos e manter a cultura organizacional alinhada aos objetivos institucionais.

Adaptado de CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração, 2023.

Texto 2

Em um ambiente de constante mudança, a liderança administrativa deve combinar visão estratégica com flexibilidade. Organizações que conseguem equilibrar a eficiência dos processos internos com a capacidade de inovar tendem a se destacar. Além disso, a gestão eficaz requer atenção à ética, à responsabilidade social e à criação de valor sustentável para todos os stakeholders.

Adaptado de OLIVEIRA, Djalma de P. Administração: Teoria e Prática, 2022.

Com base nos textos motivadores, em seus conhecimentos e em argumentos consistentes, redija um texto dissertativo, em prosa, atendendo ao que se pede no tema a seguir.

Os desafios e oportunidades da administração moderna na era da transformação digital.

Orientações ao candidato

- Seu texto deve ter entre **20 e 30 linhas**.
- Seja claro, objetivo e coeso.
- Respeite a **norma culta da Língua Portuguesa**.
- Estruture seu texto em **introdução, desenvolvimento e conclusão**.
- Valorize a **argumentação crítica**, articulando os textos motivadores com seus próprios conhecimentos.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



6º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Bloco Temático 5 - Administração (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	D	D	C	C	C	C	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	B	B	C	E	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	C	B	B	B	A	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	B	A	A	A	A	B	A	A	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	A	A	D	A	B	C	B	B	B
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	C	A	B	C	C	B	E	A	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	E	D	E	E	C	B	C	D	E
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
A	B	C	B	B	C	E	C	A	B
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
D	B	B	C	D	C	D	C	B	C

REDAÇÃO SOB MEDIDA

**Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.**

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

Quero passar na prova discursiva

CNU - 5º Simulado - Bloco Temático 5 - Administração (Pós-Editorial)

Conhecimentos Gerais

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um debate sobre reformas constitucionais, um deputado afirmou que os Municípios são meras subdivisões administrativas do Estado-membro, devendo ser submetidos às decisões da respectiva Assembleia Legislativa. Um constitucionalista, então, rebateu tal afirmação com base no modelo federativo adotado pela Constituição de 1988.

Com base na estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Os Municípios são entes federativos autônomos, integrantes da Federação brasileira.
- (B) Os Municípios integram os Estados, sendo desprovidos de autonomia legislativa.
- (C) A Federação brasileira é formada exclusivamente pela União e pelos Estados.
- (D) Os Territórios brasileiros possuem o mesmo status federativo dos Municípios.
- (E) O Distrito Federal não possui competências legislativas típicas de Estados ou Municípios.

Letra a.

Assunto abordado: Federalismo.

- (A) Certa. A CF/1988 inovou ao incluir expressamente os Municípios como entes federativos autônomos, ao lado da União, dos Estados e do DF.
- (B) Errada. Os Municípios não são subordinados aos Estados. Possuem autonomia política, administrativa e financeira.
- (C) Errada. A Federação brasileira engloba quatro entes: União, Estados, DF e Municípios.
- (D) Errada. Os Territórios Federais, de acordo com o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal são extensões da União, e não integram a Federação. Sua natureza jurídica é de autarquia territorial da União.
- (E) Errada. O DF acumula competências estaduais e municipais, conforme art. 32, § 1º, da CF.

2

Em um curso preparatório, o professor André explicava a seus alunos o conceito de freios e contrapesos (checks and balances) adotado pela Constituição de 1988 como forma de garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. Durante a aula, ele utilizou o exemplo do processo de impeachment do Presidente da República para ilustrar a ideia de controle recíproco, explicando que, embora os Poderes sejam independentes, nenhum atua de forma absoluta.

Com base na sistemática constitucional brasileira e na doutrina constitucionalista, assinale a alternativa que melhor exemplifica o controle recíproco entre os Poderes no contexto do impeachment presidencial:

- (A) O Presidente da República é julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, que atua como instância penal e política nos casos de crime de responsabilidade.
- (B) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes comuns e autoriza seu afastamento em caso de infração penal.
- (C) O Senado Federal processa e julga o Presidente da República por crimes de responsabilidade, após autorização da Câmara dos Deputados, com presidência do julgamento pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O processo de impeachment (crime de responsabilidade) ocorre no âmbito do Poder Executivo, por meio de investigação e sanção interna, preservando a autonomia administrativa do cargo.
- (E) A Constituição prevê que apenas o povo, por meio de plebiscito ou referendo, pode revogar o mandato do Presidente antes do término legal.

Letra c.

Assunto abordado: Relações entre Poder Legislativo e Poder Executivo.

- (A) Errada. O STF não julga o Presidente por crime de responsabilidade, apenas por crimes comuns, e mesmo assim somente após o juízo de admissão da Câmara dos Deputados (art.86, da CF).
- (B) Errada. A Câmara apenas autoriza, com 2/3 dos votos, a instauração do processo; não realiza julgamento (art. 51, I, e art. 86, CF).
- (C) Certa. O julgamento por crime de responsabilidade é feito pelo Senado Federal, após autorização da Câmara, e o Presidente do STF preside o julgamento (art. 52, I, parágrafo único).
- (D) Errada. Não há previsão de processo de impeachment interno ao Executivo. Trata-se de mecanismo de controle entre Poderes, típico do sistema presidencialista com freios e contrapesos.
- (E) Errada. A CF/1988 não prevê revogação de mandatos por plebiscito ou referendo. O impeachment é o único instrumento de cessação antecipada do mandato por razões constitucionais e legais, nos termos da Lei n. 1.079/1950.

3

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor Ricardo propôs aos alunos um estudo de caso envolvendo a soberania popular e os mecanismos constitucionais de exercício dos direitos políticos. No caso, um jovem de 17 anos, alfabetizado, queria saber se poderia votar nas eleições municipais e, ainda, se poderia se candidatar ao cargo de vereador. Além disso, uma cidadã estrangeira naturalizada há 3 anos desejava saber se poderia apresentar uma proposta de lei por meio de iniciativa popular em seu município.

Com base no art. 14 da Constituição Federal e na jurisprudência constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O voto é facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, mas, nesse caso, é vedado o alistamento eleitoral.
- (B) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, vedada qualquer forma de participação sem representação.
- (C) A candidatura ao cargo de vereador exige idade mínima de 21 anos e filiação partidária, além do domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) A iniciativa popular é uma forma de exercício direto da soberania popular e pode ser proposta por cidadãos brasileiros no pleno gozo dos direitos políticos.
- (E) O jovem de 17 anos pode votar e ser votado, desde que obtenha autorização judicial e esteja filiado a partido político.

Letra d.**Assunto abordado:** Direitos Políticos.

(A) Errada. O voto é facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos, mas o alistamento eleitoral é permitido, inclusive sendo condição necessária para o voto (art. 14, § 1º, II, c).

(B) Errada. A soberania popular é exercida não só pelo voto, mas também por plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos do caput do art. 14, o que evidencia formas diretas de participação sem representação parlamentar.

(C) Errada. A idade mínima para ser candidato a vereador é de 18 anos, não 21 (art. 14, § 3º, VI, d). A filiação partidária e o domicílio eleitoral são de fato exigências legais, mas a idade está errada.

(D) Certa. A iniciativa popular é um mecanismo de democracia direta previsto no caput do art. 14, e só pode ser exercida por cidadãos brasileiros, desde que no pleno gozo de seus direitos políticos. Estrangeiros não podem propor iniciativa popular, mesmo que naturalizados recentemente.

(E) Errada. Apesar de o jovem de 17 anos poder votar (facultativamente), ele não pode ser votado. A idade mínima para vereador é de 18 anos completos até a data-limite fixada na legislação eleitoral. Não existe previsão de autorização judicial que permita flexibilizar essa exigência.

4

No Estado de Mato Real, uma decisão judicial determinou que o Poder Executivo estadual fornecesse, imediatamente, um medicamento de alto custo a um paciente com doença rara, com base no direito à saúde e à dignidade da pessoa humana. A Procuradoria do Estado recorreu, alegando que o orçamento público estava comprometido e que tal fornecimento violaria o princípio da legalidade orçamentária e o postulado da reserva do possível.

Considerando os direitos fundamentais sociais e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- (A) A reserva do possível é um limite absoluto ao fornecimento de prestações estatais, sendo suficiente, por si só, para afastar o dever estatal de garantir direitos sociais.
- (B) A cláusula da reserva do possível autoriza o Estado a negar qualquer prestação de saúde se houver restrição orçamentária, sem necessidade de comprovação objetiva.
- (C) O direito à saúde, como direito social, deve ser garantido conforme o possível financeiro do Estado, sendo irrelevante a análise da dignidade da pessoa humana no caso concreto.
- (D) O Poder Judiciário pode impor ao Estado a realização de prestações sociais quando demonstrada a omisão estatal e o comprometimento do mínimo existencial.
- (E) O fornecimento de medicamentos é de competência exclusiva do Poder Executivo, não podendo o Judiciário interferir, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.

Letra d.**Assunto abordado:** Direitos Sociais.

(A) Errada. A reserva do possível não é um limite absoluto. A jurisprudência do STF reconhece que ela deve ser ponderada com o mínimo existencial, e que o Estado deve comprovar a insuficiência de recursos, não podendo usá-la de forma genérica.

(B) Errada. Não basta alegação genérica de restrição orçamentária: o Estado deve provar objetivamente a incapacidade de cumprir a obrigação sem prejudicar outras prioridades constitucionais. A reserva do possível exige prova da real impossibilidade.

(C) Errada. A análise da dignidade da pessoa humana é essencial para se aferir a necessidade de garantir o mínimo existencial, mesmo diante de limitações financeiras. O STF tem decidido que a proteção da vida e da saúde prevalece sobre questões orçamentárias, em muitos casos.

(D) Certa. O Judiciário pode intervir para assegurar direitos sociais, sobretudo em situações de omissão do Estado e de afetação do mínimo existencial, como ocorre no fornecimento de medicamentos essenciais à vida. Isso decorre da eficácia plena do direito à saúde e da força normativa da Constituição.

(E) Errada. A separação de Poderes não impede a atuação judicial quando há omissão ou violação a direitos fundamentais, inclusive sociais. O STF admite a judicialização de políticas públicas como forma de efetivação de direitos.

5

A Prefeitura de uma capital brasileira lançou um programa de bolsas de estudo exclusivamente voltado para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, visando o acesso ao ensino superior. A medida foi questionada judicialmente sob o argumento de que violaria o princípio da igualdade previsto no artigo 5º, I, da Constituição Federal, ao estabelecer distinção com base em critérios de sexo e raça.

Com base na jurisprudência do STF e na doutrina constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) A Constituição veda qualquer diferenciação de tratamento entre os indivíduos, sendo inconstitucional toda ação afirmativa que beneficie grupos historicamente discriminados.
- (B) O artigo 5º, inciso I, da CF/1988 consagra apenas a igualdade formal, o que impede o Estado de adotar medidas diferenciadas com base em gênero ou raça.
- (C) A ação afirmativa adotada pela Prefeitura é compatível com o princípio da igualdade material, que autoriza o tratamento desigual de forma a promover a equidade entre os cidadãos.
- (D) A igualdade formal e a igualdade material são incompatíveis entre si, devendo sempre prevalecer a primeira, por ser expressamente prevista na Constituição.
- (E) A distinção com base no sexo e na raça é autorizada apenas para fins penais, sendo vedada no âmbito de políticas públicas educacionais.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos Individuais/ Igualdade.

- (A) Errada. A Constituição não veda absolutamente todas as diferenciações de tratamento. Pelo contrário, admite políticas compensatórias ou de discriminação positiva (ações afirmativas), com base em critérios legítimos de equidade social e histórica. Ex.: cotas raciais e de gênero.
- (B) Errada. O art. 5º, I, da CF/1988 consagra tanto a igualdade formal quanto material. A igualdade formal garante que todos sejam tratados da mesma forma perante a lei. Já a igualdade material busca compensar

desigualdades reais, exigindo, muitas vezes, tratamentos diferenciados para grupos vulneráveis.

(C) Certa. A medida questionada está em conformidade com a igualdade material, pois visa reduzir desigualdades históricas e sociais, promovendo a equidade. O STF já validou ações afirmativas com base nesse princípio.

(D) Errada. Igualdade formal e material são complementares, não excludentes. A primeira é um pressuposto jurídico, a segunda é um instrumento de justiça social. Ambas coexistem no ordenamento jurídico brasileiro.

(E) Errada. A utilização de critérios como sexo ou raça é permitida em políticas públicas educacionais, como reconhecido pelo STF nas ações envolvendo cotas raciais em universidades e escolas públicas.

Políticas públicas

José Wesley

6

No ciclo de políticas públicas, a etapa de implementação é fundamental para a materialização dos planos e programas. Sobre essa etapa, assinale a alternativa correta:

- (A) A implementação é um processo técnico e linear, livre de conflitos e negociações políticas.
- (B) Consiste na definição dos objetivos e na escolha de alternativas para resolver o problema, antes de qualquer ação prática.
- (C) É o momento em que a política é executada por burocratas, gestores e sociedade, e sua efetividade depende da interação entre os atores envolvidos.
- (D) O monitoramento e a avaliação de uma política ocorrem exclusivamente após a conclusão da implementação.
- (E) A implementação é o momento em que se decide se um problema social entrará ou não na agenda governamental.

Letra c.

Assunto abordado: Ciclos de políticas públicas: implementação de planos, programas e projetos.

- (A) Errada. A implementação é um processo complexo, dinâmico e político, que envolve negociações e adaptações.
- (B) Errada. Essa descrição se refere à etapa de formulação da política.
- (C) Certa. A implementação é a fase da ação, onde o plano formulado se torna realidade. Sua efetividade não depende apenas do desenho da política, mas da capacidade dos atores de executá-la, superando desafios e adaptando-se às circunstâncias.
- (D) Errada. O monitoramento é um processo contínuo que acontece durante a implementação, enquanto a avaliação pode ocorrer em diferentes momentos do ciclo.
- (E) Errada. Essa é a etapa de formação da agenda.

7

A análise de dados qualitativos em políticas públicas é uma abordagem complementar à análise quantitativa. A principal vantagem de utilizar dados qualitativos, como entrevistas e grupos focais, é que eles:

- (A) Permitem generalizar os resultados para uma população maior com alta confiabilidade estatística.
- (B) São mais eficientes e menos custosos para a coleta em larga escala.
- (C) Oferecem uma compreensão aprofundada das percepções, motivações e experiências dos atores envolvidos, revelando o "porquê" por trás dos dados quantitativos.
- (D) Concentram-se exclusivamente em indicadores numéricos e estatísticas de desempenho.
- (E) São utilizados apenas na etapa de monitoramento, sem relevância para a formulação ou avaliação.

Letra c.

Assunto abordado: Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas.

- (A) Errada. A generalização para grandes populações é uma característica da análise quantitativa.
- (B) Errada. A coleta de dados qualitativos, como entrevistas, pode ser demorada e custosa.

(C) Certa. A análise qualitativa é essencial para capturar as nuances, o contexto e as subjetividades dos atores, fornecendo uma riqueza de detalhes que os números sozinhos não conseguem expressar. Isso é crucial para entender a efetividade e o impacto de uma política.

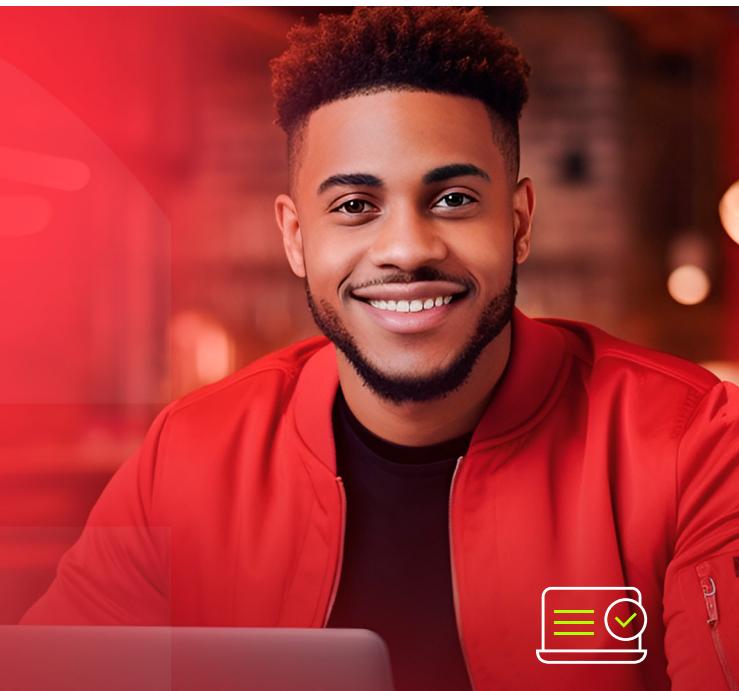
(D) Errada. Essa descrição se refere à análise de dados quantitativos.

(E) Errada. Dados qualitativos são importantes em todas as etapas do ciclo, desde a identificação de problemas até a avaliação final.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:
rotas de aaprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:
faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

NÚMEROS GRANDES:
milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

TUDO NA SUA MÃO:
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

📞 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

G Quero ser assinante ilimitado agora